



	<b>GOVERNADOR</b> <b>Cláudio Bomfim de Castro e Silva</b>
<b>ÓRGÃOS DO PODER EXECUTIVO</b>	
SECRETARIA DE ESTADO DA CASA CIVIL <i>Nicola Moreira Miccione</i>	
SECRETARIA DE ESTADO DE GOVERNO <i>Rodrigo da Silva Bacellar</i>	
SECRETARIA DE ESTADO DE PLANEJAMENTO E GESTÃO <i>José Luis Cardoso Zamith</i>	
SECRETARIA DE ESTADO DE FAZENDA <i>Nelson Rocha</i>	
SECRETARIA DE ESTADO DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO, ENERGIA E RELAÇÕES INTERNACIONAIS <i>Vinicius Medeiros Farah</i>	
SECRETARIA DE ESTADO DE INFRAESTRUTURA E OBRAS <i>Max Rodrigues Lemos</i>	
SECRETARIA DE ESTADO DE POLÍCIA MILITAR <b>Cel. PM Luiz Henrique Marinho Pires</b>	
SECRETARIA DE ESTADO DE POLÍCIA CIVIL <i>Allan Turnowski</i>	
SECRETARIA DE ESTADO DE ADMINISTRAÇÃO PENITENCIÁRIA <i>Victor Hugo Poubel Souza da Silveira</i>	
SECRETARIA DE ESTADO DE DEFESA CIVIL <b>Cel. BM Leandro Sampaio Monteiro</b>	
SECRETARIA DE ESTADO DE SAÚDE <i>Alexandre Otavio Chieppe</i>	
SECRETARIA DE ESTADO DE EDUCAÇÃO <i>Alexandre Valle Cardoso</i>	
SECRETARIA DE ESTADO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÃO <i>Sérgio Luiz Costa Azevedo Filho</i>	
<b>GOVERNO DO ESTADO</b> <b>www.rj.gov.br</b>	

*SECRETARIA DE ESTADO DE TRANSPORTES <i>Rogério Teixeira Junior</i>
SECRETARIA DE ESTADO DO AMBIENTE E SUSTENTABILIDADE <i>Thiago Pampolha Gonçalves</i>
SECRETARIA DE ESTADO DE AGRICULTURA, PECUÁRIA, PESCA E ABASTECIMENTO <i>Marcelo Andre Cid Heraclito do Porto Queiroz</i>
SECRETARIA DE ESTADO DE CULTURA E ECONOMIA CRIATIVA <i>Danielle Christian Ribeiro Barros</i>
SECRETARIA DE ESTADO DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL E DIREITOS HUMANOS <i>Matheus Quintal de Sousa Ribeiro</i>
SECRETARIA DE ESTADO DE ESPORTE, LAZER E JUVENTUDE <i>Leandro Alves de Almeida Santos</i>
SECRETARIA DE ESTADO DE TURISMO <i>Gustavo Reis Ferreira</i>
SECRETARIA DE ESTADO DAS CIDADES <i>Uruan Cintra de Andrade</i>
CONTROLADORIA GERAL DO ESTADO <i>Francisco Ricardo Soares</i>
GABINETE DE SEGURANÇA INSTITUCIONAL DO GOVERNO <i>Marcelo Cordeiro Bertolucci</i>
SECRETARIA DE ESTADO DE TRABALHO E RENDA <i>Leonardo Vieira Mendes</i>
SECRETARIA DE ESTADO DE ENVELHECIMENTO SAUDÁVEL <i>Antonio Ferreira Pedregal Filho</i>
SECRETARIA DE ESTADO DE ASSISTÊNCIA À VÍTIMA <i>Pricilla Azevedo Barletta</i>
SECRETARIA EXTRAORDINÁRIA DE REPRESENTAÇÃO DO GOVERNO EM BRASÍLIA <i>André Luís Dantas Ferreira</i>
SECRETARIA DE ESTADO DE JUSTIÇA <i>Sérgio Zveiter</i>
PROCURADORIA GERAL DO ESTADO <i>Bruno Dubeux</i>

## SUMÁRIO

<b>Atos do Poder Legislativo</b> .....	1
<b>Atos do Poder Executivo</b> .....	1
Gabinete do Governador.....	5
Governadoria do Estado.....	8
Gabinete do Vice-Governador.....	8
Vice-Governadoria do Estado.....	8
<b>ÓRGÃOS DA CHEFIA DO PODER EXECUTIVO (Secretarias de Estado)</b>	
Casa Civil.....	5
Governo.....	6
Planejamento e Gestão.....	6
Fazenda.....	6
Desenvolvimento Econômico, Energia e Relações Internacionais.....	8
Infraestrutura e Obras.....	8
Polícia Militar.....	8
Polícia Civil.....	10
Administração Penitenciária.....	10
Defesa Civil.....	11
Saúde.....	11
Educação.....	12
Ciência, Tecnologia e Inovação.....	18
Transportes.....	20
Ambiente e Sustentabilidade.....	20
Agricultura, Pecuária, Pesca e Abastecimento.....	20
Cultura e Economia Criativa.....	23
Desenvolvimento Social e Direitos Humanos.....	23
Esporte, Lazer e Juventude.....	23
Turismo.....	23
Cidades.....	24
Controladoria Geral do Estado.....	24
Gabinete de Segurança Institucional do Governo.....	24
Trabalho e Renda.....	24
Envelhecimento Saudável.....	24
Assistência à Vítima.....	24
Secretaria Extraordinária de Representação do Governo em Brasília.....	24
Justiça.....	24
Procuradoria Geral do Estado.....	24
<b>AVISOS, EDITAIS E TERMOS DE CONTRATO</b> .....	25
<b>REPARTIÇÕES FEDERAIS</b> .....	25

## ATOS DO PODER EXECUTIVO

### DECRETO Nº 47.735 DE 24 DE AGOSTO DE 2021

#### INCLUI O ART. 15 NO LIVRO XI DO REGULAMENTO DO ICMS.

O GOVERNADOR DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO, no uso de suas atribuições legais e constitucionais conferidas pelo inciso IV do art. 145 da Constituição do Estado do Rio de Janeiro, tendo em vista o que consta no processo nº SEI-220012/000189/2021, e

#### CONSIDERANDO:

- a necessidade de uniformizar o tratamento relativo aos dispositivos da legislação estadual que estabelecem a condição de que, na importação de bens e mercadorias, a entrada se dê por portos ou aeroportos do Estado do Rio de Janeiro e/ou o desembarco ocorra nos mesmos ou no território fluminense;

- que, nos casos de países com fronteira terrestre com o Brasil, muitas vezes não é economicamente viável a utilização dos modais aéreo e marítimo, situação em que o transporte se dá por meio da modalidade terrestre, sem utilização de porto ou aeroporto fluminense ou localizado em qualquer outra unidade federada;

- o disposto no Tratado que instituiu o Mercado Comum do Sul (MERCOSUL), cujo objetivo é o desenvolvimento progressivo da integração da América Latina, coerente com a previsão do parágrafo único do art. 4º da Constituição Federal;

#### DECRETA:

Art. 1º - Fica incluído o art. 15 no Livro XI do Regulamento do ICMS, aprovado pelo Decreto nº 27.427, de 17 de novembro de 2000, com a seguinte redação:

"Art. 15 - Nas hipóteses em que dispositivo da legislação estadual estabeleça a condição de que, na importação de bens e mercadorias, a entrada se dê por portos ou aeroportos do Estado do Rio de Janeiro e/ou o desembarco ocorra nos mesmos ou no território fluminense, fica atendida a condição quando o desembarco ocorrer em recinto alfandegado localizado em zona primária ou secundária do território fluminense e a entrada no País ocorrer, alternativamente:

I - em portos e aeroportos deste Estado;

II - em portos e aeroportos de outra unidade federada, desde que, com o bem ou mercadoria ainda em zona primária, o mesmo seja transportado, sem alteração de modal, com ou sem transbordo, com destino a porto ou aeroporto deste Estado; ou

III - por via terrestre, desde que o bem ou mercadoria tenha sido produzido e seja originário de países membros ou associados ao Mercado Comum do Sul (MERCOSUL)."

Art. 2º - Fica revogado o parágrafo único do art. 5º do Decreto nº 47.437, de 30 de dezembro de 2020.

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a partir 1º de abril de 2021.

**Parágrafo Único** - A mencionada retroação não enseja restituição de tributos eventualmente já recolhidos.

Rio de Janeiro, 24 de agosto de 2021

**CLÁUDIO CASTRO**  
Governador

Id: 2336542

### DECRETO Nº 47.736 DE 24 AGOSTO DE 2021

#### REGULAMENTA AS LEIS ESTADUAIS Nº 8.823/20 E Nº 9.302/21, QUE DISPÕEM SOBRE A POLÍTICA ESTADUAL PARA A POPULAÇÃO EM SITUAÇÃO DE RUA E VULNERABILIDADE SOCIAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO, E SISTEMATIZA A INSTITUCIONALIZAÇÃO DO PLANEJAMENTO E CONTROLE DESSA POLÍTICA PÚBLICA ATRAVÉS DO PROGRAMA RJ PARA TODOS, REGULAMENTA ESSE PROGRAMA E DAI OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O GOVERNADOR DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO, no uso de suas atribuições constitucionais e legais, regulamenta as Leis Estaduais nº 8823/20 e nº 9302/21, reconhece e institui a política pública RJ PARA TODOS e regulamenta seu programa, de acordo com o contido no processo administrativo nº SEI-420001/000399/2021,

#### CONSIDERANDO:

- a necessidade de regulamentar as Leis Estaduais nº 8823/20 e nº 9302/21, que instituíram a política estadual para a população vulnerável e em situação de rua do Estado do Rio de Janeiro;

- o impacto social acarretado pela pandemia pela COVID-19;

- o objetivo fundamental da República Federativa do Brasil, constante no art. 3º da Magna Carta de 1988, de erradicar a pobreza e a marginalização, além da redução das desigualdades sociais e regionais;

- a necessidade de efetivação, proteção e defesa dos direitos humanos das pessoas em situação de vulnerabilidade;

- a necessária observância das normativas nacionais e internacionais de Direitos Humanos para a população em situação de vulnerabilidade, em especial o artigo 25 da Declaração Universal dos Direitos Humanos, e os artigos 5º e 6º da Constituição Federal, que reconhecem a habitação como um dos direitos fundamentais e integrantes dos direitos econômicos, sociais e culturais;

- que a cidadania e a dignidade da pessoa humana constituem fundamentos da República Federativa do Brasil, nos termos do art. 1º, II e III da Constituição Federal;

- que a Constituição Federal de 1988, principalmente no artigo 6º, solidificou a importância da assistência aos desamparados, reconhecendo-o como um direito social, que consolida inúmeros direitos gerais e específicos, além de dar à pessoa a oportunidade de inclusão e traz dignidade à sua vida;

- a competência comum aos entes federativos de zelar pela Constituição Federal;

- a necessidade de formalizar a atribuição do estado do Rio de Janeiro como gestor de política pública de assistência social, cooperativa, sistêmica, harmônica e sinérgica, que considera um contexto social amplo, com abrangência de outras áreas do serviço e equipamentos públicos, e que, por isso, açambarca todos os poderes da República;

- a necessidade de materializar essa política pública através do Programa RJ PARA TODOS;

- a necessidade de sistematizar as ações do Programa RJ PARA TODOS como desdobramentos do Programa em atividades específicas;

- a necessidade de aprimorar sistemicamente a implementação Programa RJ PARA TODOS para a sociedade do Estado do Rio de Janeiro;

- a necessidade de implementar processos de monitoramento e avaliação dessa política pública;

- a necessidade de prover os entes envolvidos de mecanismos técnicos, logísticos, pessoal, fontes orçamentárias e financeiras, como forma de indução e viabilização de ações e estratégias intersetoriais e interoperativas que concorram para a concretização dessa política pública;

- a necessidade de aprimorar a estratégia de formação e capacitação continuada dos profissionais que colaboram para o planejamento e execução do Programa RJ PARA TODOS;

- a necessidade de sistematizar e consolidar boas práticas das ações em prol do Programa RJ PARA TODOS;

- a necessidade de induzir um processo permanente de reflexão em torno do Programa RJ PARA TODOS, baseada em dados, informações e pesquisas qualitativas e quantitativas que concorram para o monitoramento, avaliação e melhora dessa política pública;

- a necessidade de criação de comissão interinstitucional que disponibilize relatórios técnicos como instrumento de transparência ativa e aprimoramento do Programa RJ PARA TODOS;

- a necessidade de parametrizar critérios para seleção e contratação de pessoal de apoio para Programa RJ PARA TODOS;

- a necessidade de indicar órgãos e entidades da Administração direta e indireta que atuem em apoio às atividades de gestão e execução desenvolvidas pelo Programa RJ PARA TODOS;

- a necessidade de observância ao Plano de Recuperação Fiscal do Estado do Rio de Janeiro;

#### DECRETA:

### CAPÍTULO I DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

Art. 1º - Este Decreto regulamenta as Leis Estaduais nº 8823/20 e nº 9302/21, as quais instituíram a política estadual para a população em situação de rua e vulnerabilidade social no âmbito do Estado do Rio de Janeiro, a ser dirigida pelo chefe do Poder Executivo.

§ 1º - Essa política pública será materializada através do Programa RJ PARA TODOS, o qual será gerido e administrado pela Secretaria de Estado de Governo - SEGOV, e terá como foco a efetivação dos direitos humanos fundamentais e sociais das pessoas em situação de vulnerabilidade social e de rua, para, de modo cooperativo, sistêmico, harmônico e sinérgico com as demais instituições governamentais e civis, realizar intervenções públicas promovidas por diferentes atores estatais e sociais para a promoção de dignidade, cidadania e desenvolvimento socioeconômico.

§ 2º - A SEGOV será responsável por mobilizar servidores e firmar convênios e/ou acordos de cooperação técnica com outros órgãos e entidades da Administração direta e indireta do estado, bem como com a sociedade civil, atuando de forma sinérgica com esses setores, ampliando e maximizando programas congêneres já existentes, a fim de viabilizar os recursos humanos, materiais e logísticos necessários para o cumprimento dos objetivos da política pública RJ PARA TODOS, bem como firmar parceria com esses setores a fim de capacitar a população atendida para o mercado de trabalho.

Art. 2º - A política pública RJ PARA TODOS tem como escopo estabelecer diretrizes para promoção, proteção e defesa dos direitos humanos das pessoas em situação de vulnerabilidade social, em especial, aquelas submetidas a qualquer forma de violência e/ou privações que impeçam o regular exercício de seus direitos fundamentais e dignidade da pessoa humana, sejam crianças, adolescentes, adultas e idosas, além daquelas aquelas em situação de rua, que devem ser garantidos pelo Estado por meio do acesso às políticas públicas e aos órgãos do sistema de justiça e defesa de direitos.

§ 1º Considera-se indivíduo em situação de vulnerabilidade social todo e qualquer ser humano, em especial as minorias mais acometíveis à violações de direitos humanos, tais quais pessoas de baixa ou nenu-